

dialogia

ENTREVISTA

/ INTERVIEW



Políticas educacionais para o ensino médio e sua gestão no Brasil contemporâneo

ENTREVISTA
com os professores
Francisco de Moraes e José Küller

FRANCISCO DE MORAES é pedagogo formado pela Unesp, com pós-graduação em didática, gestão educacional, gestão mercadológica e recursos humanos. Foi gestor educacional no Senac São Paulo até 2007, diretor de Etec no Centro Paula Souza e consultor da Unesco. Integrou o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, o Conselho Diretor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e o Conselho Superior da rede Senac de Educação a Distância. Autor do livro “Empresas-escola: educação para o trabalho versus educação pelo trabalho” e coautor do livro “Currículos integrados no ensino médio e na educação profissional: desafios, experiências e propostas” (Editora Senac São Paulo). Atualmente, é consultor educacional, sócio-diretor da empresa Plus Qualidade e Educação.

JOSÉ ANTONIO KÜLLER é pedagogo formado pela Unesp, com pós-graduação em psicologia da educação pela PUC-SP. Foi responsável pela supervisão técnica do Senac São Paulo, diretor de Unidade de Educação Profissional, gerente do Programa Empresa do Cenafor, técnico da Fundação do Livro Escolar e professor da PUC-SP. Consultor da Unesco, do BID e do curso de pós-graduação em docência da educação profissional do Senac Nacional. Autor do livro “Ritos de passagem: gerenciando pessoas para a qualidade” (Editora Senac São Paulo) e coautor dos livros “Metodologia de desenvolvimento de competências” (Editora Senac Nacional) e “Currículos integrados no ensino médio e na educação profissional: desafios, experiências e propostas” (Editora Senac São Paulo). É sócio-diretor da Germinal Consultoria.

Dialogia entrevista os professores Francisco de Moraes e José Antonio Küller, em busca de suas reflexões sobre o ensino médio, sobretudo no âmbito das políticas educacionais e de gestão deste nível de ensino.

Dialogia: Como os senhores veem a interlocução acadêmica sobre o Ensino Médio no Brasil? Como essa interlocução tem alcançado a formulação de políticas públicas para esse nível de ensino?

M&K: Em nossa experiência prática e em nossos estudos sobre o tema para a representação da Unesco no Brasil e para o livro “Currículos integrados no ensino médio e na educação profissional: desafios, experiências e propostas”, notamos que há pouca interlocução acadêmica em relação ao ensino médio no Brasil. Há mais discursos unilaterais, pesquisas e diagnósticos repetitivos e inócuos, que apenas medem, com alguma precisão acadêmica, diversas facetas isoladas do “tamanho do buraco”.

Dialogia: O Ensino Médio tem estado sempre confrontado entre a perspectiva de uma formação geral, a preparação para o ensino superior e a questão da profissionalização. Enquanto em alguns países desenvolvidos essa é uma questão que parece bem resolvida, como é o caso da Alemanha, no Brasil, não encontramos uma solução, até pela falta de consenso em torno da função social desse nível de ensino. Como os senhores veem essa problemática?

M&K: A oscilação pendular entre as prioridades para a educação básica, da qual o ensino médio é a etapa final, refletem o que julgamos uma falsa questão: preparação para o ensino superior OU educação profissional? Em nossa opinião, bastaria que o ensino médio focasse sua prioridade na preparação geral para o trabalho, sem necessariamente envolver a formação profissional específica para uma ocupação técnica.

Em nosso livro, tratamos com algum destaque e detalhamento o foco nos objetivos do ensino médio como fator de integração curricular e de possibilidade de foco integrador para as finalidades da educação básica, definidas objetivamente no artigo 22 da LDB: assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. A ausência de um foco integrador, associada a uma fragmentação curricular exagerada, com disciplinas disputando espaços concorrentes, leva à perda de qualquer foco relevante.

O objetivo comum mais recorrente e que mais tem orientado o planejamento curricular e as práticas escolares do ensino médio tem sido a preparação para os vestibulares. Com suas listas de conteúdos frequentemente desconexos e quase sempre descontextualizados do cotidiano e do interesse dos estudantes, eles definem a finalidade do ensino médio.

Dialogia: O Plano Nacional de Educação propôs como meta para o ensino médio “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar até o final do período de vigência deste PNE (2024) a taxa líquida de matrículas até 85%.” Estamos terminando 2016 e, certamente, o atendimento à população de 15 a 17 anos não está universalizado, até porque muitos desses jovens não concluíram o ensino fundamental ou o estão fazendo de forma precária, por meio da educação de jovens e adultos, para a qual têm sido estimulados a seguir, quando apresentam dificuldades de aprendizagem ou indisciplina, em turmas regulares.

Considerando a experiência dos senhores e as visíveis contradições presentes nessa meta, o que pensam que essa meta representa, efetivamente, em termos de avanço para essa etapa de formação?

M&K: Estabelecer metas como desafios é interessante, desde que não sejam utópicos. Julgamos importante manter o desafio, avaliar avanços, investir na superação das contradições mais críticas e sempre perseguir o cumprimento das metas de maior consenso, associando indicadores qualitativos relevantes às análises das estatísticas brutas.

Há indicações positivas de que, mesmo com as críticas pertinentes ao desempenho qualitativo do ensino médio no desenvolvimento dos estudantes para a cidadania, em geral, a conclusão dessa etapa educacional está associada a melhores condições sociais e à superação de algumas desigualdades. Se esses avanços quantitativos forem também associados a uma maior integração dos resultados de aprendizagem dos estudantes e ao alcance de objetivos mais relevantes para aperfeiçoar suas práticas sociais, certamente os ganhos para as condições de vida também serão mais expressivos.

Em suma, consideramos que todo o Plano Nacional de Educação deve ser acompanhado e avaliado como um conjunto de desafios a enfrentar e, se possível, superar nos prazos propostos. Nossa defasagem em relação a outras nações é muito grande e pode aumentar, porque todos os países estão também propondo metas

desafiadoras. Isso obviamente inclui as metas específicas para o ensino médio, que ademais é atualmente o principal gargalo na educação nacional.

Dialogia: Dentre as 14 estratégias propostas para o atingimento dessa meta, uma propõe a expansão de matrículas gratuitas articuladas à formação profissional para jovens do campo, quilombolas, indígenas e portadores de necessidades especiais. Como seria um currículo para o ensino médio que desse conta de tal diversidade, de acordo com a perspectiva dos senhores?

M&K: Nossa proposição, baseada em experiências de sucesso em diferentes contextos, indica que o planejamento curricular de cada unidade escolar seja feito pelos agentes nela envolvidos – estudantes, professores, gestores e outros atores relevantes na comunidade escolar – a partir de sua realidade objetiva, com base nas finalidades legalmente definidas e com detalhamento dos objetivos amplamente debatidos localmente. Com esse tipo de envolvimento, será muito mais natural a adaptação dos currículos às especificidades de cada população local e às diversidades que a enriquecem. Diversidade é riqueza de oportunidades para dar contexto significativo para conteúdos de aprendizagem. Só se transforma em problema quando tais conteúdos são propostos como camisas de força em pacotes que tentam inventar uma espécie de “estudante médio nacional”, que é uma figura fictícia, inexistente na vida real e que não se adapta a nenhum currículo fechado previamente em gabinetes oficiais, por mais bonitas que sejam as embalagens e os folhetos de propaganda para sua divulgação.

A articulação com organizações educacionais especializadas para oferta de alternativas curriculares complementares certamente é opção oportuna e válida para enriquecimento da aprendizagem dos estudantes, mas o foco central do planejamento curricular já deve buscar a garantia do desenvolvimento das capacidades essenciais para o exercício da cidadania.

Dialogia: Entre as políticas públicas específicas para o ensino médio, não se tem visto muito além da ampliação da cobertura dos programas que já aconteciam no ensino fundamental, no que se refere à aplicação de recursos para material escolar, manutenção das escolas, transportes e livros. Por outro lado, ainda se vê problemas com a formação de professores. Como os senhores avaliam essa questão? Que conhecimentos deveriam estar presentes na formação inicial de professores para o ensino médio?

M&K: Em nossa opinião, o principal problema está na formação inicial e no desenvolvimento contínuo dos professores para a educação básica em geral e para o ensino médio em particular. O problema começa na baixa motivação para as carreiras docentes. Ao contrário dos países líderes em desempenho escolar medido pelo Pisa, nos quais as carreiras docentes estão entre as mais disputadas pelos ingressantes no ensino superior, no Brasil elas ainda estão entre as que têm menor demanda relativa, e que em geral acabam sendo opção remanescente para estudantes com desempenho escolar apenas mediano ou abaixo da média. Certamente, há honrosas exceções de estudantes de alto desempenho, mas ainda são mais da categoria dos exemplos que fogem à regra para confirmá-la.

Adicionalmente, a formação inicial ainda é hegemonicamente focada em disciplinas isoladas, contra uma tendência mundial de visão mais holística, transdisciplinar ou, no mínimo, interdisciplinar. As disputas corporativistas por espaços na agenda das “grades curriculares” constituem um agravante para o problema. Nossa proposta também inclui um desafio para a formação inicial de docentes mais transdisciplinar, mas avança para o desenvolvimento das equipes docentes na própria prática de planejar e executar um projeto pedagógico integrador, no qual estudantes e professores aprendam juntos com base no trabalho (ações transformadoras sobre a realidade) e na pesquisa (ações diagnósticas e prognósticas sobre a realidade vigente) como princípios pedagógicos fundamentais para um currículo (experiências vividas e vívidas) relevante e motivador.

Consideramos que a formação inicial dos professores do ensino médio precisa garantir, inicialmente, que eles estejam capacitados quanto ao conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais esperadas para os estudantes do próprio ensino médio, o que raramente é verdadeiro atualmente entre os egressos das licenciaturas. Hoje, é mínimo o percentual de licenciados que conseguiria aprovação no Enem.

Dialogia: Aproveitando a oportunidade da proposta de reforma do Ensino Médio, apresentada pelo governo federal, poderíamos pedir aos senhores que comentassem como a veem, como última questão da entrevista?

M&K: Em nossa opinião, a proposta repete um vício de origem que infelizmente se tornou rotina nos temas educacionais: apresentou-se como documento unilateral – Medida Provisória – em assunto cujas chances de sucesso na implantação dependem essencialmente de adesão consistente dos principais atores envolvidos no processo educacional. Adicionalmente, a proposta surgiu num momento de

ruptura institucional, com radicalização de posições que só agravam as dificuldades operacionais, e vem como ordem a cumprir por sistemas estaduais, que respondem por mais de 87% das matrículas no ensino médio (MEC/Inep, 2014). A flexibilização curricular e algumas das indicações apresentadas na MP decorrem de demandas das redes estaduais, mas a forma e o momento político da apresentação já deflagraram reações que podem prejudicar até eventuais boas intenções e acertos preliminares da proposta.